

Diferentes mensagens divulgadas via NET, defendendo a reafecção do saldo não utilizado até 2013, num fundo indemnizatório dos espoliados.

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, disse hoje, em Bruxelas, que o Governo irá “estudar” com a Comissão Europeia a possibilidade de avançar no tempo o pagamento de fundos estruturais no âmbito de uma reprogramação dos mesmos. “No âmbito dessa reprogramação iremos estudar com a Comissão [Europeia] algumas possibilidades de fazer uma espécie de ‘front loading’ de alguns dos recursos que estão disponíveis para a execução do programa”, disse Passos Coelho à entrada de uma reunião de líderes europeus onde participa pela primeira vez. O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, já tinha, ao fim da manhã de hoje, mostrado abertura com a possibilidade de Portugal “avançar” a execução de “alguns programas que possam ter alguns resultados mais imediatos”. Passos Coelho voltou a reafirmar que Lisboa quer “reprogramar” os fundos do quadro de referência estratégico nacional (QREN), mas advertiu que é ainda “premature” estar a falar naquela possibilidade em concreto. “Nós iremos com certeza apresentar um pedido de reestruturação de tudo o que está previsto para a execução dos fundos”, disse o chefe do Governo. A possibilidade de reprogramação, através do avanço de fundos de alguns programas operacionais cofinanciados com dinheiros europeus, é uma proposta que Bruxelas também fez à Grécia a braços com uma crise ainda maior do que a portuguesa. O envelope financeiro de fundos estruturais que Portugal já recebeu ou vai receber de 2007 até 2013 é de mais de 21 mil milhões de euros.

por Agência Lusa, Publicado em 23 de Junho de 2011

O

A experiência e vastos conhecimentos da economia internacional de que falou o Professor Aníbal Cavaco Silva em várias ocasiões durante a campanha eleitoral poderão encontrar para as justas indemnizações aos espoliados, uma solução a prazo englobando Portugal, a Comunidade Europeia, Angola e Moçambique.

Na realidade, sem a chamada “descolonização” Portugal não teria sido aceite no Grupo dos Doze e obtido dádivas de muitos milhares de milhões de euros destinados a comparticipação em diferentes projetos a nível nacional.

Sendo do conhecimento público que nos últimos tempos não houve capacidade para utilizar a totalidade de algumas dessas verbas, os saldos ainda disponíveis bem poderiam, com o acordo da Comissão Europeia, ser reafectados a um programa social dirigido às indemnizações, devidas aos espoliados do Ultramar e consequente investimento na depauperada economia portuguesa.

Durão Barroso, atual Presidente da União Europeia, profundo conhecedor deste problema, várias vezes se pronunciou em Portugal criticando a forma como a descolonização foi efetuada pelo que será um interlocutor privilegiado.

Uma Comunidade Europeia que se pretende defensora do respeito pelos direitos humanos deverá sentir-se obrigada a auxiliar um dos seus membros, caso de Portugal, a indemnizar pelos bens perdidos os milhares dos seus cidadãos vítimas de erros políticos continuados por 36 anos.

O

"Há um ano, os Fundos Europeus postos à disposição de Portugal estavam com aproveitamento reduzido e em risco de voltarem à origem em 2013, significando uma perda de investimento de dois e meio biliões de euros. O novo governo tomou consciência desta situação e as providências necessárias e urgentes começaram a ser tomadas com a dinamização do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, sob a co...ordenação de uma comissão interministerial, que passou a avaliar a execução e aplicação das verbas, um patamar acima da gestão operacional dos Fundos e rigorosamente controlada pelos ministros das Finanças, Vítor Gaspar, e da Economia, Santos Pereira. Vítor Gaspar, viveu seis anos em Frankfurt, onde trabalhou no Banco Central Europeu e, na dependência direta de Durão Barroso, colaborou três anos na Comissão Europeia, sendo por isso e pela credibilidade e relacionamento pessoal que criou e mantém nas altas esferas políticas e económicas europeias, altamente classificado para conseguir a reafecção conveniente do atual saldo do Fundo Social Europeu. Esta é a situação em que se encontra a desejada e devida solução das indemnizações ás mais de 100 000 Famílias portuguesas que há mais de 36 anos perderam todos os BENS (economias) nas então designadas Províncias Ultramarinas." "

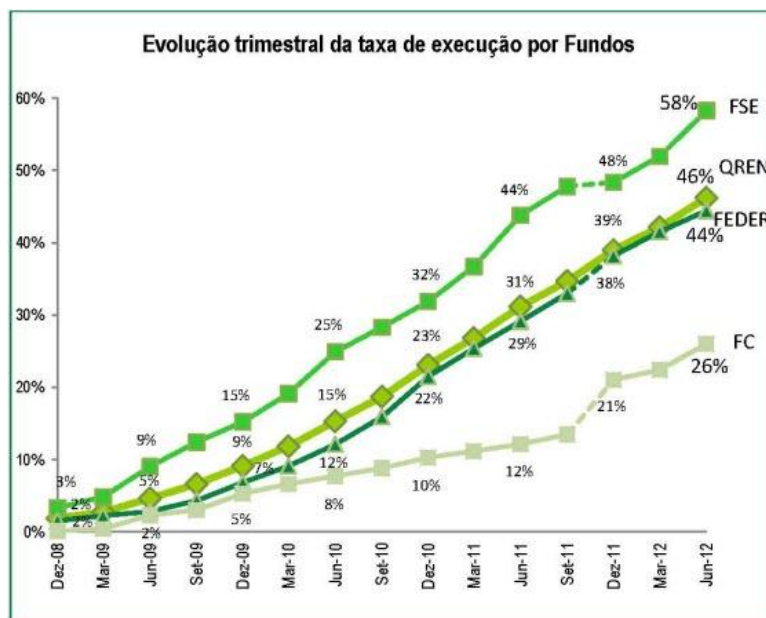
O

QREN com taxa de execução de 46,2% no final do primeiro semestre de 2012 - Observatório do QREN

www.observatorio.pt

http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=15&id_page=87

"O FUNDO SOCIAL EUROPEU FOI DISPONIBILIZADO PARA 2007/2013 E DIFICILMENTE VIRÁ A SER TOTALMENTE APROVEITADO, ALIÁS, COMO JÁ ACONTECEU COM DIFERENTES FUNDOS, EM SITUAÇÕES ANTERIORES. A REAFECTAÇÃO DO SALDO AO PAGAMENTO DAS INDEMNIZAÇÕES AOS ESPOLIADOS, ALEM DE AJUDAR A ECONOMIA PORTUGUESA, PUNHA PORTUGAL NO GRUPO DOS PAÍSES RESPEITADORES DOS DIREITOS HUMANOS.O ACÔRDO DA C.E.E. SERÁ NECESSÁRIO, MAS DURÃO BARROSO CONHECE BEM O PROBLEMA, POIS A ÊLE SE DEVE A DEVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS CONSULARES E A AFIRMAÇÃO PÚBLICA "PORTUGAL ABANDONOU, NÃO DESCOLONIZOU" "



O

“Aproveitando de forma simples e acessível, os números publicados pelo QREN, relativos ao primeiro semestre de 2012, em relação ao FSE - Fundo Social Europeu, encontramos a seguinte situação: Verba reprogramada para utilização por Portugal entre 2007 e 20136.843,4 ME Pagamentos intermédios (desde 2007).....3.803,8 ME..... VALOR A UTILIZAR ATÉ 2013..... 3.039,6 ME Tendo em consideração o atraso verificado nas anteriores utilizações, podemos perspetivar uma conclusão muito provável: A EXISTÊNCIA DE UM AVULTADO SALDO PERDIDO PARA DEVOLVER À COMUNIDADE EUROPEIA. Existem mais dois Fundos, provavelmente em situação semelhante, dos quais. não nos ocuparemos para facilitar a apreciação. AS MAIS DE 100 000 FAMILIAS QUE HÁ 37 ANOS ESPERAM AS JUSTAS INDEMNIZAÇÕES BEM MERECEM QUE NÃO SEJA MAIS ADIADA A ESPERANÇA EM QUE TÊM VIVIDO.”

O

Completando o acima descrito, o Fundo Social Europeu, tinha disponível, em 30/06/12, Euros 3.039,6 ME de saldo para utilização até 2013. Estatística elaborada com base em amostra de 5363 (item 63 site) processos de reclamação arquivados, estima que a quantia reclamada por 80 000 indivíduos será cerca de 250 milhões de contos (valor de 1975), correspondente a 1 250.ME. Segundo o INE - Instituto Nacional de Estatística, por certidão passada em 19.05.08, o Coeficiente de Atualização, reportado a Abril de 1975, era de vezes 27,926933, o que representaria... 34 900 ME, valor atualizado. Esta, poderá ser a forma básica para o Estado Português, de modo faseado, resolver o problema das indemnizações aos espoliados, pois haveria um primeiro pagamento de 8,7%, oportuno e de muito interesse para a economia nacional . AGUARDAMOS ORIENTAÇÃO COM OS COMENTÁRIOS DOS INTERESSADOS.

O

A experiência e vastos conhecimentos da economia internacional de que falou o Professor Aníbal Cavaco Silva em várias ocasiões durante a campanha eleitoral poderão encontrar para as justas indemnizações aos espoliados, uma solução a prazo englobando Portugal, a Comunidade Europeia, Angola e Moçambique. Na realidade, sem a chamada “descolonização” Portugal não teria sido aceite no Grupo dos Doze e obtido dádivas de muitos milhares de milhões de euros destinados a comparticipação em diferentes projectos a nível nacional. Sendo do conhecimento publico que nos últimos tempos não houve capacidade para utilizar a totalidade de algumas dessas verbas, os saldos ainda disponíveis bem poderiam, com o acordo da Comissão Europeia, ser reafectados a um programa social dirigido às indemnizações, devidas aos espoliados do Ultramar e consequente investimento na depauperada economia portuguesa. Durão Barroso, actual Presidente da União Europeia, profundo conhecedor deste problema, várias vezes se pronunciou em Portugal criticando a forma como a descolonização foi efectuada pelo que será um interlocutor privilegiado. Uma Comunidade Europeia que se pretende defensora do respeito pelos direitos humanos deverá sentir-se obrigada a auxiliar um dos seus membros, caso de Portugal, a indemnizar pelos bens perdidos os milhares dos seus cidadãos vítimas de erros políticos continuados por 36 anos.
